

Futuro na educação

ALCEBIÁDES TEIXEIRA

Cerca de 200 mil professores e funcionários administrativos (merendeiras, serventes etc.) trabalham na educação pública do Rio de Janeiro em todo o estado, incluindo a capital. O salário médio dos professores, já contando com as gratificações, não ultrapassa os R\$ 300 líquidos.

Normalmente, esse professor faz dupla jornada de trabalho. Por exemplo, ele tem uma matrícula no estado e outra no município do Rio (dupla matrícula), visando a melhorar os seus rendimentos que passam quase a dobrar. Esse aumento dos rendimentos significa, em contrapartida, a necessidade de mais horas de trabalho, fora da escola, para a preparação das aulas, correção das provas e reciclagem profissional pessoal.

A ilustração da vida de uma professora é simples: ao final de um dia de trabalho desgastante, pulando de uma escola para outra, ela passa a noite e mesmo os finais de semana corrigindo provas e trabalhos de casa. O máximo de lazer a que se propõe, por causa do pouco tempo disponível e os baixos rendimentos, é a televisão. Aliado a esse quadro, existem as péssimas condições de trabalho das escolas.

O Sepe divulga, há mais de um ano, a evasão de professores da escola pública. Cerca de 15 professores por dia pedem exoneração, de acordo com os diários oficiais do município do Rio de Janeiro e do estado. Este número, não temos dúvidas, é decorrência direta do baixo salário. Mas pode existir outra causa mais subjetiva: a frustração histórica com a maioria dos governantes que prometem tudo à época das eleições, mas nada ou pouco cumprem quando eleitos.

Temos exemplos marcantes deste tipo de política pequena em nosso estado. Em 1982, com a eleição de Leonel Brizola, o projeto dos Cieps foi posto como prioridade. A idéia pedagógica desse tipo de escola se baseava no horário integral para as crianças matriculadas. O professor, pode-se dizer, foi esquecido em meio a um salário já aviltante, além de praticamente nada opinar sobre o projeto pedagógico.

Em 1986, com a eleição de Moreira Franco, a educação continuou

sendo um importante "cabo eleitoral", mas os salários e os projetos pedagógicos nada mudaram. Com o desastre do Governo Moreira, Brizola se reelegeu governador, em 1990, e o seu governo foi extremamente repressivo com os movimentos reivindicatórios dos profissionais de educação. Ele cassou licenças sindicais e retirou a contribuição financeira (voluntária) dos filiados ao Sepe. Tal atitude quase destruiu financeiramente o sindicato.

Com as eleições de Marcello Alencar e César Maia, ambos egredidos do mesmo PDT de Brizola, as promessas continuaram rumo a uma "educação que desse ênfase a um melhor salário aos educadores".

Marcello Alencar, depois de várias audiências com o Sepe, pouco cedeu em relação às reivindicações salariais. A consequência foi uma greve, em maio, na área da educação.

“Sem professor não há futuro; sem professor e sem funcionário não há escola”

cão que durou quase um mês, mas que também não sensibilizou o governador. Sem nada mais para dizer, o primeiro escalão da Secretaria de Estado de Educação exige que os professores voltem "a ser professores", como escreveu em artigo publicado recentemente no GLOBO a ex-subsecretária estadual Ana Galheigo.

O discurso é o mesmo: prega-se a mudança na relação com os alunos e com o trabalho na escola, representando "idéias novas" que não dão tanta importância à questão salarial. Atrás disso vem a terceirização e, em última análise, a privatização da escola pública.

O Governo César Maia faz pior. O prefeito já implementa, timidamente, sem dúvida, o projeto de "adoção" de escolas pela iniciativa privada. Além disso, a terceirização dos serviços administrativos vem sendo feita a passos largos.

As duas administrações esquecem o óbvio: sem professor não há futuro. Sem professor e sem funcionário não há escola. Esta frase foi o tema da campanha feita pelo Sepe em homenagem ao Dia do Mestre, comemorado no dia 15 de outubro.

A data foi comemorada junto da importante discussão que se deu, e ainda não se esgotou, a respeito do plano de carreira dos profissionais de educação da rede municipal. O Sepe apresentou, na Câmara de Vereadores, um projeto de plano de carreira que foi encampado por vários parlamentares e apresentado em plenário como um substitutivo ao projeto do prefeito César Maia. Do total de 42 vereadores, 37 votaram a favor do substitutivo, em votação no primeiro turno, com cinco abstenções. No segundo turno, no começo de outubro, 38 vereadores deram o seu voto a favor e quatro se abstiveram. Foi aprovado, entre outros importantes itens, um piso salarial para o professor de R\$ 600; o tratamento de forma isonômica dos aposentados; além de uma regularização da ascensão profissional dos professores e funcionários.

O projeto foi enviado para a apreciação do prefeito, que o vetou agora, em novembro. No entanto, os vereadores ainda têm a chance de derubar o veto do Executivo e fazer valer como lei o substitutivo em uma terceira votação em plenário.

O momento é vital porque, de acordo com a análise do Sepe e dos vereadores, com a aprovação final do substitutivo, em primeiro lugar, a evasão de professores poderá ser refeada. A longo prazo, com a implantação do Plano de Carreira, também se espera uma melhoria fundamental na relação entre o magistério e o Governo municipal, servindo de exemplo para todos os outros governantes e mesmo para os parlamentares de nível estadual e até federal.

Já se ouve pelos corredores das escolas que, se o projeto for aprovado em terceira e última votação na Câmara, muitos professores abandonarão, pasmem, a rede particular e voltarão a dar aula na rede pública municipal. Vamos esperar que as autoridades, desta vez, cumpram o que prometeram em seus discursos pela comemoração do Dia do Mestre.

Alcebíades Teixeira é coordenador-geral do Sepe.